

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
 RELATORIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

LRP art. 55, inciso I, alínea "a" - Port STN 462/2009 (Anexo I) e Resoluções do TCE-PI

R\$ 1,00

	DESPESA EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCR EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCES (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I = 1+ 2+ 3)		
1 - Pessoal Ativo	127.201.763,13	-
2 - Pessoal Inativo e Pensionistas	100.226.959,95	-
3 - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	26.974.803,18	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II = 4 + 5 + 6 + 7)	39.833.803,67	-
4 - Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária	-	-
5 - Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
6 - Despesas de Exercícios Anteriores	12.189.815,95	-
7 - Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	27.643.987,72	-
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III = (I - II))	87.367.959,46	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIb)		87.367.959,46
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (V)		5.785.043.666,12
% do DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = IV / V * 100)		1,51%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 2%		115.700.873,32
LIMITE PRUDENCIAL (Parágrafo Único, art. 22 da LRF) - 1,90%		109.915.829,66
FONTE: SIAPFEM		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.


 Zélia Saraiva Lima
 Procuradora-Geral de Justiça


 Sérgio Ricardo Rodrigues Silva
 Controlador Interno


 Denis Rodrigues de Lima
 Coordenador de Contabilidade, Orçamento e Finanças